



SÉRIE TEXTOS DE DISCUSSÃO CEAG/UnB

005/14

Governança do Esporte no Brasil: Mudança Institucional?

Leonardo Peixoto Arêas da Silva
Natália Liggeri
Maria Luiza Rangel

**Centro de Estudos Avançados de Governo e de
Administração Pública - CEAG**

**Brasília
2014**



Universidade de Brasília

Reitor Ivan Marques de Toledo Camargo



**Centro de Estudos Avançados de Governo e
Administração Pública**

Coordenador: Paulo Carlos Du Pin Calmon

**Laboratório de Análise de Políticas Públicas do
CEAG (LAPP/CEAG)**

O Laboratório de Análise de Políticas Públicas do CEAG (LAPP/CEAG) é formado por professores e alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE/UnB), Instituto de Ciência Política (IPOL/UnB) e Faculdade de Tecnologia (FT/UnB). Seu objetivo é desenvolver atividades de pesquisa sobre temas relacionados à avaliação e análise de políticas econômicas e sociais. Com esse intuito o grupo apoia o desenvolvimento de pesquisas fundamentadas em diferentes abordagens metodológicas, estimula a elaboração de artigos, dissertações e teses, promove encontros acadêmicos e incentiva a participação de seus pesquisadores em eventos científicos no Brasil e no exterior.

Textos para Discussão (TD)

**Governança do Esporte no Brasil: Mudança
Institucional?**

Leonardo Peixoto Arêas da Silva
Natália Liggeri
Maria Luiza Rangel

Editor: Luiz Guilherme de Oliveira

Editor Executivo: Mauro G. M. Capelari

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos por pesquisadores do CEAG da Universidade de Brasília (UnB).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEAG/UnB.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.ceag.unb.br/ceag/public/biblioteca/index/tema/padrao/tipo/TD>

Governança do Esporte no Brasil: Mudança Institucional?

Leonardo Peixoto Arêas da Silva¹
Natália Liggeri²
Maria Luiza Rangel³

2014

¹Mestre em Gestão e Marketing do Esporte. Docente em Educação Física da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

²Mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília.

³Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Docente da Universidade Estadual de Goiás.

GOVERNANÇA DO ESPORTE NO BRASIL: MUDANÇA INSTITUCIONAL?

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo vive na chamada Era do Conhecimento em que este (o conhecimento) é a *commodity* mais cara do mercado (LASTRES *et al.*, 2002). As nações e organizações se estruturam sob novos paradigmas de relações sociais, políticas e econômicas quase instantâneas fruto das inovações tecnológicas e do processo de globalização. Manter-se competitivo neste cenário pressupõe uma moderna infraestrutura industrial e uma economia orientada para inovação tecnológica.

Neste cenário de mercado de trabalho internacionalizado, os países em desenvolvimento enfrentam um duplo desafio: (i) promover a modernização de sua infraestrutura, sobretudo no setor industrial; (ii) orientar suas economias para a inovação tecnológica. Atualmente quatro países são responsáveis por 50% do PIB mundial e despontam como um novo bloco de países emergentes (ALMEIDA *in* BOSCHI, 2011, p.168). É o chamado BRIC composto por Brasil, Rússia, Índia e China. Recentemente, este bloco incorporou a África do Sul mais por uma questão geopolítica do que propriamente pelo peso econômico desse país.

Dentre os países emergentes em voga, o Brasil é apontado como aquele que pode até 2020 ocupar o 5º ou o 4º lugar no ranking das maiores economias mundiais. Para Acemoglu e Robinson (2012, p.352-355), há no Brasil uma “Revolução de Governança” em que as instituições brasileiras parecem seguir em um sentido de um maior pluralismo o que pode contribuir para a formação de mais instituições inclusivas que extrativistas. Isto se traduz em uma vantagem comparativa em relação aos demais componentes do referido bloco que ainda dispõem de instituições mais extrativistas.

No contexto internacional estudos e pesquisas desde a década de 1990 apontam o esporte como área estratégica para o desenvolvimento político, econômico e social. Dentre os estudiosos da área destacam-se os estudos realizados por Pires [1996]. Neste momento, em função da realização dos megaeventos esportivos¹, o tema esporte está em evidência no país, este cenário desperta o interesse de governos, parlamentares, empresários, sociedade em geral, e, sobretudo, da academia que da sequência a uma série de estudos para melhor compreender esse fenômeno.

Na área social, uma dúvida que paira é se os megaeventos constituem-se em uma conjuntura crítica em que as organizações ligadas ao setor foram surpreendidas e precisam se adequar; ou se os megaeventos esportivos são frutos de uma janela de oportunidade gerada por uma mudança institucional mais complexa advinda da atuação de empreendedores políticos e de organizações ligadas ao esporte de alto rendimento desde a década de 1980.

Com base nas abordagens neoinstitucionais das políticas públicas, o Estado e os governos são formados não como um sistema único racional, mas composto de vários subsistemas que tomam suas decisões a partir de uma racionalidade limitada dos atores que os compõem. Essa ideia baseia-se na teoria desenvolvida em estudos recentes como os realizados por Sabatier e Weible (2007) que preconizam que a Sociedade e o Estado são agentes no processo decisório. É neste sentido que o Esporte será tratado neste artigo, ou seja, um subsistema do estado brasileiro.

Utilizando o modelo de Coalizão de Advocacia de Sabatier e Weible (2007), Bueno (2008) encontrou duas coalizões no subsistema Esporte no Brasil: (a) um que ele denominou ProEFE que se refere a um conjunto de atores que defendem que os incentivos e programas devem ser focalizados nas manifestações: esporte participação e esporte educacional; (b) e outra que o autor denominou ProEAR que diz respeito ao conjunto de atores que se esforçam na concentração forças para promover outra manifestação: o esporte de alto rendimento. Em sua

conclusão o autor aponta esta última coalizão como sendo a “vencedora” na disputa pelo olhar dos governos e das políticas públicas.

Porém, observando as ações e programas implementados pelo Ministério do Esporte que constitui-se no principal ator dos subsistema em tela, verifica-se que pode haver uma divergência entre as evidências encontradas por Bueno em sua tese e a realidade que hoje se apresenta nas políticas nacionais para o esporte. Um exemplo é a elaboração do Plano Nacional de Desporto – PND que foi realizada a partir de uma ampla participação de atores (pessoas e organizações) agentes da sociedade civil e dos governos (em todos os níveis) dando indícios de que de uma mudança institucional no subsistema esportivo no país.

Portanto, pretende-se responder neste artigo a seguinte questão: a governança do esporte no Brasil favorece o desenvolvimento do esporte educacional como preconiza a legislação internacional e nacional ou favorece o esporte de alto rendimento como preconiza Bueno em sua tese de 2008?

Para tanto, o texto está dividido em quatro partes. A primeira parte apresenta a fundamentação teórica a partir da idéia de três quadros teóricos: (a) mudanças graduais; (b) Equilíbrio Pontilhado; e (c) Abordagem de Redes. Na segunda será apresentado um panorama do esporte no país. A terceira abordará os principais aspectos da tese “Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento” defendida por Bueno (2008) que justificam as evidências encontradas por este autor. Na quarta parte serão apresentados alguns dados dos recursos humanos e orçamentários alocados pelo Ministério do Esporte e a implementação de ações e programas que compõem a Política Nacional de esporte. Por fim, serão realizadas as considerações finais.

Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa documental e de uma revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica terá por base a literatura de mudança institucional desenvolvida por Streeck e Thelen (2005) e Mahoney e Thelen (2010), Equilíbrio Pontilhado desenvolvido por True, Jones e Baumgartner (2007) e Abordagem de Redes apresentada por Calmon e Costa (2013). Além desses, a tese de Bueno (2008). Já a pesquisa documental será realizada a partir de documentos oficiais retirados do site do Ministério do Esporte disponíveis no site <http://www.esporte.gov.br/> e na legislação vigente sobre o tema, notadamente a Lei 9615/98 e suas atualizações.

Em seguida pretende-se confrontar esses dados e informações com os resultados encontrados por Bueno (2008) e, assim, estabelecer se há indícios ou não de que as políticas nacionais de esporte orientadas pelo Ministério do Esporte seguem: (a) em direção que privilegie apenas o Esporte de Alto Rendimento como afirma Bueno (2008); (b) em direção oposta a apontada por Bueno, fazendo com que o esporte de participação ou educacional sejam mais favorecidos; ou (c) ainda uma terceira hipótese que segue na direção de que estes dois subsistemas interagem e se complementam havendo um equilíbrio entre os esforços ministeriais.

MUDANÇA GRADUAL, EQUILÍBRIO PONTILHADO OU ABORDAGEM DE REDES

O esporte no Brasil se organiza na década de 1930 no governo Getúlio Vargas e em consonância com Pires [1996], Manhães (2002) encontrou evidências de que o esporte era tratado na época como uma questão maior do Estado sendo ligado diretamente à presidência da república.

Porém, na década de 1980 com o surgimento da linha crítica de pesquisadores da área esportiva o esporte começa a ser contestado em suas dimensões sociais e políticas o que acarreta em uma crise de identidade que o leva a uma crise de legitimidade.

Concomitante a isso, há um hiato nos investimentos do Estado brasileiro na área o que se evidencia pelos poucos investimentos realizados nas políticas de esporte até o início deste século.

Porém, no final da década de 1990 com a elaboração tardia da Lei máxima do esporte, a chamada Lei Pelé (Lei nº 9.615/98), alguns preceitos constitucionais são, enfim, colocados em prática, como a criação do Ministério do Esporte em 2003.

Assim a área ganha autonomia administrativo–financeira com verbas próprias advindas das loterias e com a missão precípua de sistematizar a política nacional de esporte (BRASIL, 2013).

Para tanto, o Ministério do Esporte organizou o Sistema Nacional do Desporto e elaborou o Plano Nacional do Desporto (2010) por meio de três Conferências Nacionais do Esporte que ocorreram respectivamente em: 2004, 2006 e 2010.

Assim, apesar dos megaeventos esportivos estarem chamando a atenção da mídia, iniciativa privada e de atores do terceiro setor para a área esportiva, nos parece que há uma transformação endógena no subsistema esportivo brasileiro que promoveu mudanças graduais e que possibilitaram a vinda dos megaeventos esportivos para o país o que confirmaria, em parte a tese de Bueno (2008). Assim, a teoria da mudança gradual nos parece a mais adequada para explicar este contexto.

Porém, numa relação dialética, a exposição das fragilidades e possibilidades do setor e de outros setores ligados ao esporte resultantes da vinda dos megaeventos esportivos pode ter gerado uma mudança institucional mais abrupta no sentido de viabilizar ganhos sociais que podem ter favorecido o fortalecimento da coalizão ProEFE. Neste caso a teoria do Equilíbrio Pontilhado parece ser um bom caminho para analisar o tema.

Uma terceira possibilidade é que pode haver uma complexidade maior que a apresentada no estudo de Bueno e a análise de duas coalizões seja insuficiente para entender a realidade atual da área. Neste caso a abordagem de redes nos parece a mais adequada.

A teoria de mudança institucional gradual com base em Streeck e Thelen (2005) preconiza que a análise de uma instituição deve ser feita em sua estrutura formal, ou seja, nas normas, sanções e leis escritas. Essa análise seriam vantajosas por três motivos: (i) reforçam a ideia de empoderamento social em que os atores são agentes que aproximam o *gap* que outros modelos de análise criam ao distanciar as instituições das pessoas; (ii) as políticas públicas podem ser delimitadas não confundindo assim com outros atos políticos; (iii) estabelece de maneira clara a diferença entre instituições e organizações (STREECK e THELEN, 2005).

Para esses autores as instituições representam uma força autônoma dentro da política, e seu peso pode ser sentido tanto sobre a ação quanto sobre os resultados. Isto sugere que a análise política está mais bem apoiada se as instituições são o ponto de partida da análise. As instituições moldam a ação porque elas oferecem oportunidades e impõem restrições.

Há, portanto, uma resistência para mudanças que decorre de ações de agentes endógenos provocadas pelas instituições estabelecidas. Assim as mudanças ocorrem não apenas com a ação de agentes exógenos como preconizam outras teorias, sobretudo, aquelas que afirmam que a tomada de decisão é baseada em uma escolha racional (STREECK e THELEN, 2005, p. 07).

As mudanças, portanto, são graduais e artificiais, ou seja, geradas por pessoas, e são influenciadas por três fatores: (a) o interesse do ator (que são considerados agentes de mudanças e podem ter interesses pela mudança, pela manutenção ou para ambas as situações dependendo do caso), (b) características das instituições; e (c) contexto político. Os autores apresentam um quadro sobre o processo relacionando-o com os resultados das mudanças institucionais.

Quadro 01: Resultados das Mudanças Institucionais.

		Resultado da Mudança	
		Continuidade	Descontinuidade
Processo de Mudanças	Incremental	Resultado por adaptação	Transformação Gradual
	Abrupta	Sobrevivência e Retorno	Composição e Substituição

Fonte: Quadro retirado do texto de Streeck e Thelen (2005)

A partir da ideia que as transformações são graduais e que tem força para realizar mudanças nas instituições, Streeck e Thelen (2005) propõem uma tipologia das mudanças.

Quadro 02 – Tipologia das mudanças graduais.

Tipo de Mudança	Características
Substituição <i>Displacement</i>	Uma forma institucional nova ou uma já existente questiona a instituição hegemônica.
Sobreposição de camadas <i>Layering</i>	Implementação de instituição paralela a existente.
Deslizamento <i>Drift</i>	Renegociação, reorientação de instituição existente diante de pressões externas.
Conversão <i>Conversion</i>	Manutenção formal de instituição existente, mas interpretação e aplicação são modificadas.
Exaustão <i>Exhaustion</i>	Desgaste da instituição ao longo do tempo produzido de forma endógena.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir do texto de Streeck e Thelen (2005,p.20-29)

Segundo Coraiola *et al.* (2012, p.05) citando Sheingate (2010) a característica marcante da tomada de decisão é a ambigüidade que possibilita que a partir da abertura crítica, indivíduos possam estabelecer novos precedentes para a ação que podem transformar a forma como as instituições alocam poder e autoridade. Isto abre caminho para a criatividade e ganha força a agência no contexto das mudanças, mesmo em instituições altamente formalizadas. Diferentes interesses, interpretações e formas de cumprir as regras podem aguçar conflitos e retroalimentar as posições dos atores (agentes).

Este cenário de constante retroalimentação de posições possibilita a formação de grupos e coalizões que servem não apenas como alternativas, mas como parceiros em interpretações particulares de regras ambíguas. Isto possibilita que as suposições possam influenciar nas mudanças institucionais, mesmo que as regras permaneçam intactas, de duas formas: (a) caso as suposições sejam compartilhadas pode haver mudanças com o tempo; (b) caso não sejam compartilhadas, “predadores” podem minar sistematicamente as regras (CORAIOLA *et al.* 2012, p.05).

A centralidade da ambigüidade na abordagem de mudanças graduais de Streeck e Thelen (2005) atribui ao agente o poder distributivo. Mahoney e Thelen (2010) prosseguindo com o desenvolvimento deste quadro teórico apresentam uma tipologia dos agentes de mudança.

Quadro 03 – Tipologia dos tipos de agentes de mudanças graduais.

Tipo de Agente	Características
Insurgentes <i>Insurrectionaries</i>	São contrários à instituição e agem de maneira clara.
Simbiontes <i>Symbionts</i>	São a favor da instituição, pois tem interesses privados na manutenção, mas não a seguem.
Subservientes <i>Subversives</i>	São contrários à instituição mas agem para seu fim de maneira dissimulada aparentando aceitá-la.
Oportunistas <i>Opportunists</i>	São contrários ou não à instituição dependendo de seus interesses pessoais.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir do texto de Mahoney e Thelen (2010)

Mahoney e Thelen (2010) apresentam uma relação entre os tipos de agentes os tipos de mudanças que serão resumidos no quadro abaixo:

Quadro 04 – Relação entre tipos de agentes e tipos de mudanças graduais

Tipo de Agente	Tipos de Mudança
Insurgentes <i>Insurrectionaries</i>	Substituição <i>Displacement</i>
Simbiontes <i>Symbionts</i>	Deslizamento <i>Drift</i>
Subservientes <i>Subversives</i>	Substituição <i>Displacement</i> no Longo Prazo Sobreposição de camadas <i>Layering</i> no Curto Prazo
Oportunistas <i>Opportunists</i>	Conversão <i>Conversion</i>

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos textos de Streeck e Thelen (2005) e Mahoney e Thelen (2005).

As características das instituições e o contexto político determinam que estratégias que serão adotadas pelos agentes de mudança (MAHONEY e THELEN, 2010, p.18). Em relação ao contexto político, o poder de veto e de discricionariedade dos agentes pode ser forte ou fraco e isso pode determinar as estratégias que serão utilizadas pelos agentes.

Quadro 05 – Relação entre o poder de veto e a estratégia de mudança.

Poder de Veto alto	Poder de Veto baixo
Veto alto + Discricionariedade alta <i>Drift</i>	Veto baixo + Discricionariedade alta <i>Conversion</i>
Veto alto + Discricionariedade baixa <i>Layering</i>	Veto baixo + Discricionariedade baixa <i>Displacement</i>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do texto de Mahoney e Thelen (2010, p.18)

Segundo Gomes e Calmon (2012, p.02), “Thelen sugere que há muito mais continuidade nesses pontos de aparente ruptura e muita mais mudança nesses períodos de aparente continuidade.” Por isso, a autora critica fortemente a teoria do Equilíbrio Pontilhado que será apresentado a seguir.

A teoria do Equilíbrio Pontilhado (*PunctuatedEquilibrium*), “Equilíbrio Pontuado” ou ainda “Equilíbrio Interrompido”(PET)⁴ proposto por True, Jones e Baumgartner foi desenvolvido no contexto de uma dinâmica política, principalmente, porque aborda mecanismos que levam à mudança política. Na leitura dos autores, esse processo político é caracterizado por uma lógica de estabilidade e incrementalismo. Por isso pode, ocasionalmente, promover ou sofrer mudanças de larga escala. A teoria explica porque longos períodos de estabilidade, em que as mudanças se processam de forma lenta, incremental e linear, são interrompidos por momentos de rápida mudança (*punctuations*). (PET) sinaliza que o processo político é construído sobre duas vertentes, (1) instituições políticas e (2) racionalidade limitada na tomada de decisão, trazendo à tona dois aspectos fundamentais do processo político: a definição de questões (*issuedefinition*) e a formação da agenda (*agenda setting*) (TRUE *et al.*, 2007).

A formação da agenda é um conceito explorado por Kingdon (2011), que apresenta o entendimento de como um problema é colocado na agenda política e, por sua vez, é traduzido em uma política pública, muitas vezes utilizando uma janela de oportunidades. Da mesma forma (PET) pode ser utilizada como uma ferramenta de análise do processo de formulação de políticas e mudança na agenda governamental. Sobretudo quando procura responder a duas questões importantes: (a) como uma questão (*issue*) torna-se importante e chama a atenção dos governantes? (b) e por que há questões (*issues*) que permanecem restritas aos especialistas e outras que ascendem a agenda macro-política?

Ao responder o primeiro questionamento proposto, os autores elaboram um desenho, que parte do pressuposto, que os sistemas políticos não possuem mecanismos para considerar todos os temas que surgem de forma simultânea. Sendo assim, a existência de subsistemas passa a ser vista como um organismo que possibilita o sistema político considerá-los, simultaneamente, em paralelo dentro das comunidades dos especialistas. E quando o processo paralelo se rompe, há a necessidade das questões (*issues*) serem conduzidas de forma serial pelas organizações macro-políticas: Congresso ou Presidência da República.

Para responder o segundo questionamento, True, Jones e Baumgartner (2007) colocam em cena a (PET), com o entendimento de que os políticos não podem administrar todas as questões (*issues*) importantes, mas o governo como um todo, em todos seus subsistemas, pode. Neste complexo “jogo” que é o processo de formulação de políticas públicas, quando temos pequenas mudanças em subsistemas que provocam grandes mudanças políticas temos uma retroalimentação positiva, ou *feedback* positivo. O *feedback* positivo significa, então, que “*issues*” não foram resolvidas dentro dos subsistemas políticos, que novos atores se mobilizaram por mudanças, fazendo com que as questões entrassem na agenda macro política passando a ser tratada de forma serial. E temos então um *feedback* negativo, quando monopólios políticos reprimem a pressão, mantendo a estabilidade do sistema que por sua vez gera soluções incrementalistas.

Como ressaltam os autores, quando essas novas organizações estabilizam, reestabelece um novo equilíbrio e a questão (*issue*) sai da agenda macro-política, retornam para dentro de um subsistema político. Tanto a Teoria do Equilíbrio Pontuado (PET) quanto a Teoria de Múltiplos Fluxos (MS) são modelos teóricos que ajudam a compreender a dinâmica política, a construção da agenda política e principalmente o processo de formulação das políticas públicas.

Uma terceira possibilidade de analisar o caso do subsistema esportivo no Brasil é a vertente de redes como forma de governança. Buscamos o texto de Calmon e Costa (2013) que explora inicialmente o conceito de redes trazendo à tona como exemplo a atividade produtiva, onde a verticalização da atividade da produtiva, com uma produção em massa de bens e serviços

⁴ A partir deste momento utilizaremos sempre a sigla (PET) como referencia a Teoria do Equilíbrio Pontuado.

pode estabelecer sistemas de administração e controle cada vez mais complexos, exaurindo a capacidade de gerenciamento da própria atividade. Assim, alternativamente, alianças estratégicas, programas de cooperação específicos, entre outras são estabelecidas no intuito de viabilizar o gerenciamento da atividade produtiva, com recurso à divisão de tarefas e responsabilidades. Os autores relatam que “Há vários outros exemplos onde o conceito de redes é utilizado como uma forma de governança. No entanto, para fins desse trabalho, o que mais interessa é o caso das redes de políticas públicas (p. 9)”. Para os autores o conceito de redes de políticas públicas tem caráter inovador porque combina conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento, para seu estudo tanto a tradição analítica quanto a perspectiva da governança são incorporadas (p.10).

O conflito: ação coletiva *versus* conjunto de atores interdependentes, a heterogeneidade, o arranjo institucional, os subsistemas, as arenas, a multiplicidade de atores, as estruturas de governança, são exemplos de conceitos trabalhados pelos autores e se constituem como elementos importantes na análise de redes de políticas públicas, definidas pelos autores como:

... um conjunto de relacionamentos entre atores heterogêneos e interdependentes, que atuam em um mesmo subsistema de políticas públicas a partir de uma determinada estrutura de governança, composta por regras formais, informais e maneira e formas de interpretá-las e implementá-las (CALMON e COSTA, 2013, p.13).

Outro aspecto relevante a ser observado é que a definição de redes de políticas públicas apresentada pelos autores é uma variante de outras propostas apresentada por outros autores, mas que tendem a enfatizar, em sua maioria, quatro elementos: (1) heterogeneidade; (2) interdependência entre atores; (3) existência de um subsistema; e (4) presença de uma estrutura de governança.

Entre as cinco características associadas ao conceito de redes apresentada por Calmon e Santos (2013) citando Schneider (2005), destacamos uma, a saber:

O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos (Calmon e Santos, 2013p.13 *apud* SCHNEIDER, 2005).

Dentre os modelos apresentados, utilizaremos como base neste trabalho mudanças graduais.

ESPORTE NO BRASIL: LEGISLAÇÃO, CONCEITO E LEGADOS DOS MEGAEVENTOS

A expansão do esporte é considerada fenômeno mundial. Os grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos, Copa do Mundo, Formula1, finais de campeonatos internacionais e nacionais passaram a ser acompanhados por bilhões de expectadores por todo o mundo. Grande parte deste público passou igualmente a despertar para a necessidade e o direito de participação na prática esportiva.

O Esporte ocupa posição de destaque na sociedade contemporânea principalmente por ter se tornado um campo que envolve questões econômicas, sociais, educacionais e políticas em todo o mundo.

Esse grande envolvimento da sociedade com o esporte traz questões de dinamicidade da atividade e ocupa um lugar importante na legislação brasileira.

Segundo o artigo 1º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, o desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais dessa Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO orienta seus países membros que o esporte é direito universal e os Estados em um documento conhecido como Carta Internacional de Educação Física e Esporte que preconiza a ideia do “esporte para todos” (UNESCO, 1978).

Segundo Bueno (2008, p.63) “acompanhando o desenvolvimento das modalidades esportivas de competição desde o início do século XX, teve início nos anos de 1960 o movimento pela democratização do esporte, responsável por vertiginoso aumento da participação popular nas atividades esportivas nos países mais desenvolvidos.”

O autor ainda ressalta que “as atividades tidas como esportivas, sejam elas competitivas ou não, se fazem invariavelmente presentes em todas as sociedades. É fato que, em dois séculos de existência, o esporte moderno se transformou de atividade elitista, restritas a grupos de escolas britânicas e depois européias, a um fenômeno mundial que hoje envolve milhões de praticantes, bilhões de aficionados e, anualmente, trilhões de dólares em negociações de atletas, venda de produtos, serviços, *marketing* e contratos televisivos de eventos.” (BUENO, 2008, p.62).

Gaya (2000, p.XII) afirma que o esporte “designa uma necessidade ontológica que dá sentido à discussão sobre a natureza ou essência do esporte”. Nessa mesma direção, Bueno (2008, p.49) afirma que há uma dimensão ontológica do esporte, pois “nenhuma outra atividade humana combina, de forma tão paradoxal, a seriedade com a frivolidade, o divertimento com a competitividade e o ideológico com o estrutural.”

As tentativas de definir o esporte são muitas. Coubertin (1934) preconiza que “o desporto é um culto voluntário e habitual de exercício muscular intenso suscitado pelo desejo de progresso e não hesitando em ir até ao risco”.

Gaya (2000) advoga ser o esporte polissêmico e polimorfo. É, portanto, uma área “plural”, pois, como afirma:

De outra maneira poderíamos dizer que é evidente que qualquer disciplina das ciências do esporte pode constituir subsídios para a compreensão deste fenômeno da cultura corporal. A fisiologia, a biomecânica, a bioquímica, a psicologia, a antropologia, a sociologia, etc, enfim qualquer área de estudo científico tem sua legitimidade efetiva para colaborar com o edifício teórico sobre o esporte. Mas, tenho claro, nenhuma delas isoladamente tem legitimidade para requerer para si a hegemonia do discurso. (GAYA, 2000, p.II).

Em conformidade com a pluralidade do esporte, a Constituição Federal no seu artigo 217 bem como a lei máxima do esporte no país, conhecida como Lei Pelé (Lei nº 9.615/98) preconizam três manifestações do esporte.

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações. (BRASIL, 1988).

Por outro lado, de forma mais pragmática o Conselho Federal de Educação Física, órgão regulador da profissão no Brasil, assim define o esporte:

Atividade competitiva, institucionalizado, realizado conforme técnicas, habilidades e objetivos definidos pelas modalidades desportivas, determinado por regras preestabelecidas que lhe dá forma, significado e identidade, podendo também, ser praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, realizado em ambiente diferenciado, inclusive na natureza (jogos da natureza, radicais, orientação, aventura e outros). A atividade esportiva aplica-se, ainda, na promoção da saúde e em âmbito educacional de acordo com diagnóstico e/ou conhecimento especializado, em complementação a interesses voluntários e/ou organização comunitária de indivíduos e grupos não especializados. (CONFED, 2002).

A expressão máxima da força da área esportiva está nos chamados Megaeventos Esportivos. Dentre muitos outros, destacam-se dois que são os maiores e mais rentáveis empreendimentos que o ser humano foi capaz de criar até hoje, a Copa do Mundo de Futebol e o Jogos Olímpicos. São estes frequentemente usados como janela de oportunidades para alavancar o desenvolvimento econômico e social de países emergentes. A Coreia do Sul fez isso ao receber os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol na virada do século. Mais recentemente a China e a África do Sul também sediaram, respectivamente, os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol.

O Brasil tem uma oportunidade ainda mais robusta de realizar o desenvolvimento por meio do esporte, pois, além dos dois megaeventos esportivos supracitados, nesta década entre 2007 e 2019 o país já sediou Jogos Panamericanos e Parapanamericanos em 2007, os 5º Jogos Mundiais Militares em 2011 e a Copa das Confederações de futebol e a Gymnasiade em 2013. Além deles, sediará a Universíade de 2019 em Brasília.

A constatação dos benefícios desses megaeventos esportivos é verificada no que se convencionou chamar de legados dos megaeventos esportivos. No caso brasileiro o Dossiê de Candidatura dos Jogos Olímpicos 2016 prevê legados esportivos, sociais, econômicos, de infraestrutura urbana e ambiental. Os legados podem ser positivos ou negativos (FILGUEIRA, 2008, p.68-69; RIBEIRO, 2008, p.109).

Assim, os Megaeventos Esportivos, se apresentam como uma janela de dupla oportunidade. Por um lado são promotores de desenvolvimento socioeconômico e por outro podem desenvolver o próprio esporte do país-sede. Surpreendentemente é possível que o Brasil tenha apresentado uma possibilidade de “legado social” diferente do esperado.

As recentes manifestações sociais que eclodiram quando do período da Copa das Confederações podem reacender o debate acerca do potencial político dos megaeventos, porém, não mais como meios de manipulação política das instituições do Estado e de governo, mas como força de movimentação popular. Neste sentido uma análise da situação sob a ótica do quadro referencial de mudanças institucionais aliadas a Variedades de Capitalismo (VoC) e ao modelo de análise de redes pode ser interessante no sentido de explicar esse momento histórico. Porém, este fato ainda é muito incipiente para arriscar uma análise. Por enquanto, vamos observar o quadro 1 que apresenta um resumo das possibilidades de legados dos Megaeventos esportivos, aqui um olhar mais direcionado a Copa do Mundo, mas que alguns pontos coincidem com os legados apresentados no Dossiê de Candidatura dos Jogos Olímpicos também.

Quadro 06: Legado Megaeventos

Político e Gestão	Econômico	Social	Ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento das ferramentas de planejamento e gestão • Maior coordenação entre entes do governo (federal, estaduais e municipais) • Fortalecimento da cultura da transparência • Reforço de atributos à imagem internacional do país: solidez, diversidade e modernidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil como potência econômica, atraindo mais investimentos • Desenvolvimento e melhoria de negócios adjacentes ao evento (futebol, turismo, etc.) • Descentralização econômica e desenvolvimento de regiões do país • Maior participação das micro e pequenas empresas • Desenvolvimento da engenharia nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade de vida (infra e serviços: transporte, aeroportos, portos, segurança, energia, telecom, saúde etc) • Revitalização de regiões com déficit em investimentos (Itaquera, São Lourenço da Mata) • Promoção e desenvolvimento de regiões turísticas • Criação de postos de trabalho • Sentimento de união e identidade nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação e divulgação de tecnologias sustentáveis (reúso da água, cobertura com placas solares, uso de biocombustível) • Valorização, promoção e proteção da biodiversidade • Conscientização para a utilização de tecnologias sustentáveis • Imagem de um país sustentável, líder em questões ambientais

Tais fatos fazem do esporte irresistível vitrine para finalidades políticas e/ou promoção de ideologias, bem como torna inevitável o envolvimento dos Estados na regulação, promoção e mesmo “exploração” dos recursos e diversos tipos de dividendos do setor esportivo. Tanto é assim que, a partir dos anos de 1960, diversos países centrais passaram a constituir secretarias e ministérios destinados especificamente ao desenvolvimento do esporte e de suas subdivisões.

A despeito do crescimento da importância do Esporte como fenômeno social ao longo do século XX, seu estudo no Brasil ficou, durante muitas décadas, relegado aos profissionais de Educação Física preocupados com a historicidade e desenvolvimento de sua ciência, bem como a jornalistas dedicados a uma ou outra modalidade, em geral, o futebol.

Os estudos de caráter sociológico e a interface do Estado com o Esporte ficou limitado aos estudos do direito esportivo. Apenas nos anos 1990 em diante, profissionais da área de Educação Física e de outras ciências sociais que também elegeram o tema do esporte, mostraram-se preocupados e interessados na ação estatal e se propuseram a desenvolver estudos tendo por objeto as ações e omissões do Estado na área esportiva.

ARGUMENTOS UTILIZADOS POR BUENO EM SUA TESE: “POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NO BRASIL: RAZÕES PARA O PREDOMÍNIO DO ALTO RENDIMENTO”

Se é fato que o Esporte nasceu e se organizou na Inglaterra do século XVIII e XIX com base na sociedade civil, hoje o padrão é outro. Os Estados operam massivamente sobre o esporte. Mas por que os Estados, independente do regime político e do sistema econômico e a partir de certo nível mínimo de desenvolvimento econômico-social, estão atualmente estabelecendo o Esporte como importante setor de políticas públicas e de considerável prioridade na agenda política?

Até o fim do século XIX, as práticas esportivas eram constituídas por passatempos locais e informais, relacionadas a festas tradicionais e/ou religiosas, sem qualquer intervenção governamental, com exceção daquilo que assegurasse exclusividade de certas práticas para as

elites locais, como a caça, ou para o encorajamento e aprimoramento de práticas relacionadas ao combate militar. Desde então, a diversificação, popularização e desenvolvimento do esporte passou pela necessidade de se estabelecer regras comuns e organizar eventos e competições, o que fez surgir uma série de organizações, constituídas em níveis nacionais, dedicadas exclusivamente ao gerenciamento e crescimento do esporte.

Somente nos últimos cinquenta anos, de um interesse marginal e esporádico, o Esporte passou a ser pensado e organizado de forma progressivamente centralizada pelos governos, com a tendência de servir a objetivos estratégicos políticos e sociais, reconhecendo e incorporando o Esporte e a recreação com área distinta de política pública.

Carzola Prieto (1979) fundamenta a necessidade do envolvimento do Estado no esporte, mesmo que mínimo, por se tratar de atividades necessárias aos indivíduos. Para ele o Estado deve se envolver com o esporte por três razões: (a) por uma questão de saúde pública no sentido profilático e terapêutico, utilizando o esporte para o combate ao sedentarismo, stress e outras mazelas da sociedade moderna; (b) ao reconhecer a importância que o lazer e o entretenimento representam para as sociedades modernas, o Estado deve ampliar o acesso da participação popular; (c) necessidade de estruturar e regular o esporte profissional, dado o efeito que as competições nacionais e internacionais trazem sobre o prestígio e orgulho nacional, dentro e fora do país.

O esporte moderno surgiu e se fortaleceu na atmosfera liberal do século XIX, quando a participação do Estado, como nos demais setores não era vista com naturalidade. Por essa razão, o Esporte foi se constituindo como atividade privada. Outra razão para a não atenção inicial do Estado estava na ainda insignificância econômica e mínima representatividade social e política do setor esportivo. Este quadro começou a mudar, internacionalmente, nos anos 1930, quando os Estados de países democráticos passaram a intervir a título de regulação e, nos países menos democráticos, assumiram por completo a responsabilidade pelo Esporte para o uso ideológico, como os casos da Alemanha nazista e da Itália fascista bem demonstram.

O caso do Brasil de Getúlio Vargas fica em algum lugar pelo meio do contínuo entre democratas e autocratas. Países que enveredaram pela revolução comunista não apoiaram inicialmente o Esporte por considerá-lo uma atividade burguesa, e só a partir dos anos 1960 começaram a promover o Esporte, de forma maciça, voltado ao alto rendimento, com a finalidade de oposição ideológica ao bloco ocidental.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, frequentemente voltados para a propaganda e doutrinação (GEBARA, 1995, p. 131).

De acordo com Houlihan (2001, p. 61-109) os Estados se envolvem com esporte pelas seguintes razões:

(a) controle e seleção das práticas esportivas e do passatempo da população. Por exemplo, no Século XVIII e XIX, na França e Inglaterra, coube ao Estado assegurar privilégios de classes para a caça e outras práticas elitistas bem como ampliar as áreas de lazer para a crescente população urbana. Já na América do Norte, no século XVII, a preocupação governamental foi com a proibição de brigas de galo, corridas de cavalo, sistemas de apostas e demais praticas ofensivas à moralidade protestante. Nos dois séculos seguintes o esforço foi de coibir esportes considerados cruéis e sangrentos;

(b) saúde e lazer. No século XIX, de forma esporádica, Estados procuraram explorar os benefícios do Esporte e da Recreação para a saúde pública. Destacou-se a legislação vitoriana que permitiu aos governos locais ingleses a construção, principalmente nas idades industriais, de locais para banhos públicos e para a prática da natação, o que melhorou a higiene pública.

A mesma legislação deu oportunidade à construção de parques públicos para melhorar as condições de vida nas grandes cidades e, embora não tenha sido o objetivo inicial, também possibilitou local apropriado para que esportes coletivos nascentes, como o *football*, *cricket* e *rugby*, pudessem se desenvolver.

Posteriormente ampliou-se a estrutura esportiva com a adição de quadra de tênis e salões de boliche. O padrão vitoriano se refletiu em outros países europeus, na América, na Austrália e mesmo no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Recente e significativa ação estatal se deu no Canadá, em 1961, com *Fitness and Amateur Sport Act*, considerado a primeira grande intervenção governamental no esporte moderno, nesta área, devido à preocupação com o crescente sedentarismo da população.

(c) integração social. Durante a segunda metade do século XIX, na Inglaterra, o temor a instabilidade social na classe trabalhadora levou o Estado a decretar leis de fomento de atividades físicas e de treinamento militar e usou o movimento “Muscular Christian” como forma de disciplinar a classe trabalhadora. O mesmo movimento se expandiu e foi utilizado com o mesmo propósito em outros países, especialmente nos EUA e Austrália.

No período dos anos 1930 a 1960, a melhora no acesso a parques e na oferta de outras estruturas esportivas foi entendido como fator de redução da delinquência juvenil entre negros americanos. Esta correlação se tornou mais forte na Europa a partir de 1960.

Nas décadas de 1980 e de 1990, a mesma preocupação afetou o Estado francês para a questão do controle da violência entre etnias e de outros distúrbios nos subúrbios das grandes cidades. No Brasil é frequente e geral o discurso de que o Esporte é alternativa à violência e ao vício de drogas. Dada esta associação e a dimensão dos problemas de violência entre os jovens, observa-se que o uso do esporte para a integração social continua em ascensão na maioria dos países.

No Canadá, a partir dos anos 1960, a ação estatal por meio da agência nacional encarregada do esporte, direcionou seu uso também como fator de integração nacional para diminuir a tensão separatista entre as culturas francesa e britânica. O mesmo processo se observa em outros países com confrontos semelhantes: católicos e protestantes na Irlanda, caucasianos e aborígenes na Austrália e mulçumanos e católicos na Bósnia e Croácia, por exemplo.

(d) preparação para o serviço militar. Desde o fim do século XIX, EUA, Austrália, Inglaterra e Canadá, aprovaram diversas leis e justificaram o desenvolvimento da preparação física e mesmo o do tiro esportivo pela necessidade de melhor preparo militar para situações de guerra. No Brasil este pensamento se fez presente a partir da República Velha e mais acentuadamente durante o Estado Novo. A influência militar no desenvolvimento geral e no direcionamento para certas modalidades é características da história da maioria dos países.

(e) prestígio internacional. No pós 2ª Guerra Mundial, os Estados rapidamente tomaram consciência dos benefícios e prejuízos que vitórias e derrotas esportivas, nos grandes eventos internacionais, causavam no prestígio interno e externo e indiretamente na popularidade dos governos. Pode se perceber tal valor nas palavras de muitos estadistas, diplomatas e homens de governo que tenha algum envolvimento com o esporte:

Tenho tido razões pessoais, a que se conjugam os depoimentos de muitos diplomatas esclarecidos, para estar certo de que a representação desportiva de um país, no estrangeiro, quando preparada e categorizada, alteia o nome da nação, o valor de seu povo e a confiança de seu destino (LYRA FILHO, 1952, p. 281).

O desenvolvimento esportivo do bloco soviético na década de 1960 levou o governo da Inglaterra a estabelecer, em 1965, o *Advisory Sport Council* e a alocar recursos públicos para o desenvolvimento do esporte olímpico. O Canadá, através do *Fitness and Amateur Sport Act*, de 1961, passou a suportar, com fundos provinciais e depois federais (anos 1970), programa de ampliação da participação popular nos esporte, mas também programa específico de formação de atletas de elite. EUA e URSS protagonizaram inúmeras rivalidades, de fundo ideológico, dentro e fora dos campos esportivos. O caso positivo mais extremo é o de Cuba,

que usa seu reiterado sucesso esportivo, proporcionalmente a seu tamanho e população, como demonstração da capacidade organizativa governamental.

Nas décadas de 1970 e início dos 1980, países em desenvolvimento como Brasil e Argentina, não sendo capazes de competir em igualdade de condições na maioria das modalidades olímpicas, usaram de seus diferenciais no futebol para afirmarem internacionalmente seus regimes militares e acalmar internamente o descontentamento popular. Mesmo países do terceiro mundo africano e asiático passaram a financiar o esporte de elite com forma de ganhar visibilidade internacional e apoio a seus regimes.

Contudo, há também casos do desprestígio, quando a comunidade internacional proíbe a participação de determinado Estado por repúdio ao regime, como no caso da África do Sul, banida da comunidade esportiva internacional nos 1980-1990 devido ao regime de *apartheid*.

O envolvimento dos governos com o esporte segue padrão específico em cada país, porém pode-se perceber aspectos uniformes como os apresentados acima. O mais claro é que os governos usam do esporte quase exclusivamente como instrumento para outros objetivos. O aumento do apoio governamental tem, sem dúvida, beneficiado o esporte, mas a patronagem estatal tem também seu preço, o mais comum é a manipulações de recursos e programas com finalidades eleitorais. Por outro lado, o aumento da importância dada pela população às questões do Esporte bem como o crescente número de organismos da sociedade civil envolvidos com a área tem também contribuído para maior controle e transparência neste setor.

A estas razões apresentadas por Houlihan (2001) adicionamos o aspecto do desenvolvimento econômico, que vê no esporte fator de desenvolvimento de novos mercados para produtos e serviços, bem como para o combate as mazelas das crises econômicas e do desemprego consequente.

DADOS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

O Ministério do Esporte, seguindo a legislação era composto basicamente de cinco estruturas principais, quando da sua criação em 2003: uma Assessoria Especial do Futebol (hoje, Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, uma Secretaria Executiva, uma secretaria de esporte de alto rendimento, uma secretaria de esporte participação e uma secretaria de esporte educacional. Porém, em 2012 esta última se fundiu à do meio e hoje o Ministério do Esporte possui quatro secretarias, a saber:

(1) a Secretaria de Futebol e Defesa dos Direitos do Consumidor – SNFDDC, cuja função precípua é ser o agente interlocutor entre o governo e os órgãos públicos e privados que terão participação na Copa do Mundo de 2014. Assim, esta secretaria realiza várias ações para contribuir para o melhoramento do futebol como um todo no Brasil, entre elas o incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor. Essa secretaria também é responsável pela gestão da timemania, guia de estádios de futebol, programa torcida legal, modernização dos estádios, futebol feminino, entre outras. Além das ações necessárias para a realização da Copa do Mundo 2014. Porém, atualmente essa atribuição é da secretaria executiva, bem como o orçamento da copa (BRASIL, 2013).

(2) a Secretaria Executiva tem como missão auxiliar o Ministro do Esporte na “supervisão e coordenação das secretarias nacionais, integradas à estrutura do ministério, e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional do Esporte”. Supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento e modernização administrativa, recursos humanos e de serviços gerais (BRASIL, 2013). No ano de 2012 a Secretaria Executiva do Ministério do Esporte também se tornou responsável pelas ações vinculadas a organização dos Megaeventos com isso o Secretário Executivo do Ministério passou a coordenar o Grupo executivo da Copa do Mundo – GCOPA e o Grupo executivo das olimpíadas – GOLIMPÍADAS (BRASIL, 2013).

(3) a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Sneliss) que é “responsável pela implantação de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social” e propor temas da área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte (BRASIL, 2013).

(4) a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (Snear) é “responsável pela implantação de decisões relativas aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento” e propor temas da área para compor o Plano Nacional de Esporte (BRASIL, 2013).

É responsável ainda pelo gerenciamento de recursos para construção, modernização de quadras, ginásios, espaços esportivos e aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades”. (BRASIL, 2013). Atualmente esta ação é realizada pela SNEAR.

Essas incumbências se materializam em sete grandes ações ou programas do Ministério do Esporte. As Conferências Nacionais de Esporte, Lei de Incentivo ao Esporte, Programas Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania que hoje estão sob a responsabilidade da SNELISS, Praças da Juventude e Praças do Programa de Aceleração do Crescimento que hoje está sob a responsabilidade da SNEAR e se transformou no programa Centro de Iniciação Esportiva – CIE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

A Secretaria de Alto Rendimento – SNEAR é responsável por:

- Fazer proposições para o Plano Nacional de Esporte;
- Implantar as decisões relativos a este plano e aos programas de desenvolvimento do esporte;
- Realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e a execução de ações de promoção de eventos;
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública federal, aos Estados e ao Distrito Federal e Municípios e às entidades não-governamentais sem fins lucrativos, e empreendimentos ligados ao esporte de alto rendimento;
- Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais e governos estrangeiros;
- Articular-se com os demais segmentos da Administração Pública federal tendo em vista ações integradas nas áreas do esporte;
- Prestar apoio técnico administrativo ao CNE;
- Coordenar, formular e implementar a política relativa aos esportes voltados para competição, desenvolvendo gestões e planejamentos, avaliação e controle de programas, projetos e ações. (BRASIL, 2013)

Como o próprio nome sugere, as ações desta secretaria são relativas ao desenvolvimento de esporte de alto rendimento. Essas ações são divididas em dois departamentos. (i) departamento de esporte de base e de alto rendimento. (ii) departamento de excelência esportiva e promoção de eventos. Os programas e ações desenvolvidos por essa secretaria no presente momento são: o Centro de Iniciação Esportiva – CIE, o Plano Brasil Medalhas, o programa Bolsa Atleta, o Calendário Esportivo Nacional, a Rede CENESP, os Jogos Escolares Brasileiros que hoje é de responsabilidade da SNELISS, os Jogos Militares e os Jogos e a parte referente à infraestrutura esportiva dos Jogos Olímpicos de 2016.

A Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELISS é responsável por:

- Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
- Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo:

- O desenvolvimento das políticas programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e de inclusão social;
- a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e
- a execução das ações de promoção de eventos.
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação;
- Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e as entidades não governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer;
- Manter intercâmbio com organismos públicos, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;
- Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
- Planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas com as universidades e outras instituições correlatas com vistas a obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e
- Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas. (BRASIL, 2013)

Os programas e ações desta secretaria estão divididos entre dois departamentos: (i) departamento de gestão de programas de esporte, educação, lazer e inclusão social; (ii) departamento de desenvolvimento e acompanhamento de políticas e programas intersetoriais de esporte, educação, lazer e inclusão social. As principais ações desenvolvidas por essa secretaria: o programa Segundo Tempo e a variante deste denominada Segundo Tempo no Mais Educação, os Projetos Esportivos Sociais, o Programa Recreio nas Férias, o Prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social, o Esporte e Lazer da cidade, os Jogos dos Povos Indígenas, a Rede CEDES e o CEDIME.

É importante ressaltar que em 10 anos de existência as ações do Ministério se multiplicaram, por um lado seus programas centrais como SEGUNDO Tempo e Bolsa atleta ganharam escala, fruto de uma parceria com o Ministério da Educação (Programa + Educação) em 2014 quatro milhões de estudantes estarão praticando atividade esportiva no contraturno escolar. A infraestrutura esportiva ganhou destaque com o grande volume de recursos -frutos de emenda parlamentar e como ação do PAC com a construção de novas quadras esportivas, cobertura de quadras já existentes e a “Praça do PAC”, que foi ganhando outros vieses e em 2013 realiza seleção para a construção de aproximadamente 400 novos equipamentos esportivos.

Podemos citar também a ampliação dos projetos esportivos aprovados e realizados com recursos incentivados, em função de uma maior estruturação da Lei de Incentivo ao Esporte – LIE. E, sobretudo, o Ministério ganha centralidade no governo com a função de coordenar as ações do Governo Federal na preparação e realização dos Megaeventos Esportivos.

Por outro lado não podemos observar um processo de estruturação do Ministério na mesma proporção do crescimento de suas atribuições, ações e programas. Como exemplo, lembramos que para que fosse criada uma nova secretaria – a do futebol – duas outras secretarias foram unificadas. Assim, a antiga secretaria de esporte e lazer e a secretaria de esporte educacional foram transformadas em uma única secretaria a SNELIS.

Quadro 07 – Resumo dos objetivos dos programas e ações do ME.

Secretaria Executiva		
nº	Programas e Ações	Objetivos
1	Conferências Nacionais de Esporte	Geral
2	Lei de Incentivo ao Esporte	Geral
3	Pintando a Liberdade	Educacional e Participação
4	Pintando a Cidadania	Educacional e Participação
5	Praça da Juventude	Participação
6	Praças do Programa de Aceleração do Crescimento	Participação
7	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Geral
SNEAR		
nº	Programas e Ações	Objetivos
1	Centro de Iniciação Esportiva	Alto Rendimento e Educacional
2	Plano Brasil Medalhas	Alto Rendimento
3	Bolsa-Atleta	Alto Rendimento
4	Calendário Esportivo Nacional	Alto Rendimento
5	Jogos Escolares Brasileiros	Alto Rendimento e Educacional
6	Rede CENESP	Alto Rendimento
7	Jogos Militares	Alto Rendimento
8	Jogos Olímpicos	Alto Rendimento
SNELISS		
nº	Programas e Ações	Objetivos
1	Segundo Tempo	Educacional
2	Segundo Tempo no Mais Educação	Educacional
3	Projetos Esportivos Sociais	Participação
4	Programa Recreio nas Férias	Participação
5	Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social	Participação
6	Esporte e Lazer da Cidade	Participação
7	Jogos dos Povos Indígenas	Participação
8	Rede CEDES	Participação e Educacional
9	CEDIME	Geral

Fonte: elaborado pelos autores a partir de informações do site oficial do Ministério do Esporte, julho de 2013.

Pelo exposto neste quadro, percebe-se que dos programas e ações apresentados, 04 (quatro) tem objetivos gerais e atendem às necessidades de todas as três manifestações do esporte. Outros 07 (sete) tem o foco exclusivo no esporte participação e 03 (três) neste e no esporte educacional. Este além de 02 (dois) programas com foco exclusivos, também divide as atenções com o esporte de alto rendimento em outros 02 (dois) programas. Por fim, o esporte de alto rendimento tem 06 (seis) programas cuja atenção é exclusiva.

Assim, pode-se dizer que a manifestação esportiva mais beneficiada em termos de quantidade de programas pelo Ministério do Esporte é o esporte participação totalizando 10 (dez) programas. Em seguida o esporte de alto rendimento com o total de 08 (oito) programas e no fim da lista o esporte educacional com 07 (sete) programas.

RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

A análise da alocação de recursos humanos é pertinente, pois a partir dela podemos enxergar as redes sociais formais que são estabelecidas do Ministério do Esporte que possibilita

encontrar indícios de que pode haver a valorização de uma determinada secretaria em detrimento de outra. Além disso, esta análise ajuda a compreender quem são os tomadores de decisões de primeiro, segundo e demais escalões nesta estrutura. Por fim, a alocação de pessoas pertencentes ao quadro de servidores pode indicar uma tendência a tomada de decisões mais perenes em relação aquelas decisões tomadas por pessoas alheias ao órgão. Caso contrário, as decisões podem ser tomadas mais de acordo com objetivos estratégicos do governo que com interesses técnicos da área. Assim, podemos encontrar indícios de mudanças graduais ou abruptas.

As informações contidas nos quadros abaixo foram retiradas do site oficial do Ministério do Esporte na página **quem é quem**. Nesta podemos encontrar um total de 318 (trezentos e dezoito) servidores trabalhando no ministério. Alguns de forma descentralizada trabalham para o Ministério do Esporte, mas estão lotados em outros órgãos. Outros são requisitados de outros órgãos. Cerca de 20 cargos estão vagos e, portanto, na soma dos totais dos dois quadros haverá diferença em relação ao número supracitado.

Quadro 08 – Alocação dos Recursos Humanos do Ministério do Esporte em julho de 2013 – efetivos do quadro, sem vínculo, descentralizados e requisitados internamente.

Servidores do Ministério do Esporte						
Situação	SE	SNELIS	SNEAR	SNFDT	OE	Total
Quadro	51	19	17	0	7	94
Sem vínculo	47	28	17	10	16	118
Descentralizado	1	0	0	0	2	3
Requisitado	1	1	1		2	5
Total	99	47	35	10	27	218

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do site do ME de julho de 2013.

Analisando este quadro acima, percebe-se que existem poucos servidores que compõem o quadro de servidores efetivos. Isto se deve, provavelmente, por ter sido realizado apenas um concurso até hoje em que foram incorporados 98 (noventa e oito) servidores. Hoje, porém, alguns já saíram o que fez cair o total para 94 (noventa e quatro).

De maneira geral, percebe-se, que no caso do Ministério do Esporte, em que pese estarmos vivendo a década dos megaventos esportivos no Brasil, a gestão do principal órgão que compõem o subsistema esporte do Brasil, é realizada mais com pessoas de cargo comissionado que com pessoas do quadro efetivo. Isso denota que há uma dependência política e de estratégias maiores das decisões que são tomadas neste órgão em detrimento dos interesses específicos da área. Isto confirma o exposto anteriormente neste texto que a área é tida como estratégica para os governos de maneira geral e não é diferente no Brasil.

Quando se analisa a alocação desses servidores em cada secretaria, percebe-se que a Secretaria executiva é a que mais conta com número de servidores. Em segundo lugar a SNELIS e em terceiro lugar a SNEAR. Se considerarmos que a SNELIS tem um maior volume de programas e ações sob sua tutela, é coerente esta secretaria dispor de mais servidores.

Mudando a análise para os Recursos Humanos, o quadro abaixo demonstra dados sobre a participação de servidores de outros órgãos.

Quadro 09 – Alocação dos Recursos Humanos do Ministério do Esporte em julho de 2013 – requisitados por órgão

Servidores de Outros Órgãos						
Situação	SE	SNELIS	SNEAR	SNFDT	OE	T
Descentralizado	18	0	0	0	22	40
Requisitado	19	6	7	1	6	39
Total	37	6	8	1	28	80

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do site oficial do ME, julho de 2013.

Percebe-se que dentre vários órgãos que contribuem com o Ministério do Esporte cedendo seus servidores, destacam-se o Ministério do Planejamento – MPOG (24), a Caixa Econômica Federal – CEF (16), a Advocacia Geral da União (06).

Em seguida alguns órgãos cederam 2 servidores, é o caso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Fazenda, Prefeitura Municipal de São Paulo – PMG/SP, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF e da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Cedendo um servidor, seguem mais 21 órgãos de diferentes níveis de governo e oriundos dos três poderes com destaque para os órgãos ligados à educação, tais como: o Ministério da Educação – MEC, a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul – SERS, a Secretaria de Educação de Goiás – SEGO, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP e a Universidade Federal do Ceará – UFC.

Esse quadro, ainda demonstra que há poucos servidores requisitados de outros órgãos para comporem as equipes de trabalhos das secretarias. Isto denota que, em geral, os servidores que compõem essas equipes tem uma história dentro do próprio Ministério do Esporte. Destaca-se que desses 13 servidores que fazem parte da soma dos requisitados pela SNELIS e pela SNEAR, que são o foco de nossa análise, 1/3 (um terço) é proveniente de órgãos ligados à educação elencados acima.

A análise dos recursos humanos por si só não nos possibilita concluir acerca da direção que o Ministério do Esporte está dando para as políticas nacionais de esporte. Porém, uma análise mais detalhada dos atores e da hierarquia pode nos fornecer um panorama do processo de tomada de decisão deste órgão.

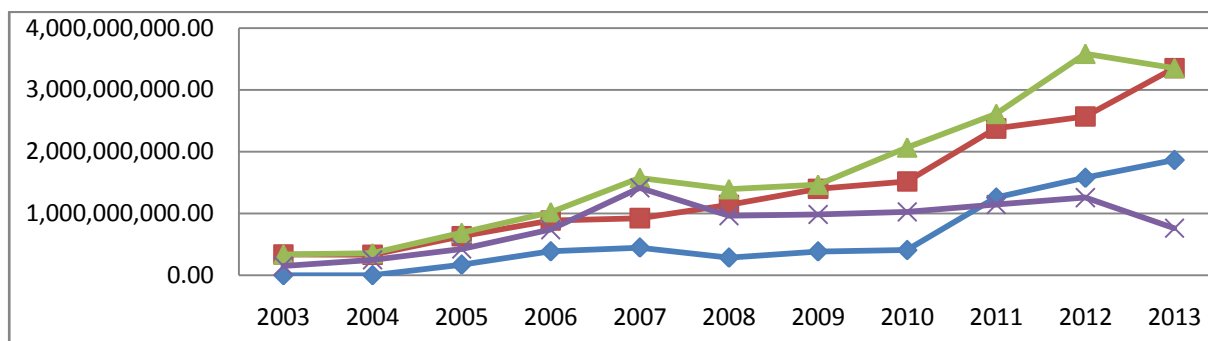
Por enquanto, o que é relevante observar é que há uma carência de um quadro de técnicos próprios deste órgão sendo necessário o aporte de outras estratégias para compor as equipes de trabalho.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

O Ministério do Esporte desde sua criação até os dias atuais teve um orçamento estável, mas com variações de grande escala. Compreendido como um subsistema político gerou, em alguns momentos algumas janelas de oportunidades - Jogos Pan e Para Pan Americanos (2007), e mais recentemente os Megaeventos Esportivos: Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016⁵ - que migraram para o sistema macro político, recebendo atenção do Congresso Nacional, da Presidência da República, o que por sua vez também propiciou mudanças radicais em seu orçamento. É importante ressaltar que não apenas o orçamento do Ministério do Esporte foi alterado em função da realização dos megaeventos Esportivos, mas o orçamento de diferentes Ministérios.

⁵ Os Megaeventos Copa do Mundo e Olimpíadas promovem alterações nos orçamentos 2012 e 2013.

Tabela 1 Orçamento Ministério do Esporte 2003 - 2013



Observando a evolução do orçamento do Ministério nos últimos dez anos 2003 – 2013, a primeira observação que podemos fazer é que existe uma diferença significativa entre os recursos destinados inicialmente (lei + crédito) e os recursos empenhados. Utilizando como exemplo o ano de 2012 podemos observar na tabela 1 que o volume de recursos empenhados equivale a 1/3 (um terço) dos recursos (lei + crédito) do orçamento aprovado no Congresso Nacional. O que demonstra que mesmo tendo assumido um papel protagonista em função da realização dos Megaeventos, esse protagonismo não se traduz em ação orçamentária, e dessa forma, o orçamento do Ministério sofreu um corte de aproximadamente 2/3 (dois terços) no ano de 2012.

Podemos concluir também que o orçamento vem crescendo a cada ano e que há um diferencial em 2007 fruto da realização dos jogos Pan e Parapan – americanos que foram realizados no Brasil. Esta tendência surge novamente nos anos de 2012 e 2013 em função dos Megaeventos Esportivos Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos.

Dividimos a análise do orçamento em duas partes. A primeira de 2003 à 2007, pois compreende o período analisado por Bueno (2008). A segunda compreende o período entre 2008 e 2013. As tabelas abaixo demonstram os investimentos financeiros que foram destinados a cada secretaria.

Quadro 10 – Recursos orçamentários por secretaria.

SECRETARIA EXECUTIVA					
	2003	2004	2005	2006	2007
PLOA	0,00	0,00	40.275.348,00	38.130.021,00	41.218.009,00
LEI INICIAL	208.374.150,00	167.641.782,00	411.479.378,00	406.240.711,00	452.565.509,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	212.642.328,00	167.541.782,00	402.638.223,00	419.106.365,00	551.385.509,00
EMPENHADO	103.837.812,00	102.319.072,00	243.066.990,52	314.230.259,90	427.245.768,86
SNEAR					
	2003	2004	2005	2006	2007
PLOA	0,00	0,00	73.855.000,00	283.855.000,00	293.503.319,00
LEI INICIAL	32.829.000,00	52.792.429,00	102.862.000,00	331.962.488,00	295.103.319,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	27.718.999,00	72.370.567,00	111.146.000,00	446.846.488,00	847.620.319,00
EMPENHADO	7.332.190,00	52.272.315,00	37.645.680,18	287.629.249,98	822.456.484,10
SNELISS					
	2003	2004	2005	2006	2007
PLOA	0,00	0,00	56.460.729,00	64.604.260,00	112.530.000,00
LEI INICIAL	92.370.790,00	110.333.755,00	117.005.538,00	147.774.552,00	175.450.000,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	94.774.410,00	115.257.605,00	171.325.738,00	153.044.752,00	176.550.000,00
EMPENHADO	37.302.537,00	89.989.622,00	142.357.145,30	135.881.317,21	165.096.436,57

Fonte: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte.

Analisando os dados da tabela acima, percebe-se que há uma grande diferença entre os recursos disponibilizados em cada fonte e os empenhados, ou seja, que efetivamente foram gastos. Há uma certa estabilidade entre os recursos disponibilizados pela PLOA e pela Lei inicial e os créditos para a Secretaria executiva. Porém, em termos dos recursos empenhados, houve uma evolução positiva. Já em relação à SNEAR, percebe-se que nos três primeiros anos esta secretaria dispunha de poucos recursos e foram empenhados menos ainda. Porém em 2006 há um aumento significativo e em 2007 o valor empenhado surpreende. Isto se deve, é claro, ao advento dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos do Rio de Janeiro. Por outro lado, com exceção dos dois últimos anos, a SNEAR sempre superou a SNEAR tanto em disponibilidade quanto em empenho.

Quadro 11 – Recursos orçamentários por secretaria de 2008 a 2010

Secretaria Executiva			
	2008	2009	2010
PLOA	61.738.805,00	73.176.925,00	94.145.742,00
LEI INICIAL	930.660.949,00	1.060.914.469,00	1.123.943.557,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	951.628.694,00	1.087.219.396,00	1.095.197.475,00
EMPENHADO	677.485.212,28	744.988.848,46	590.512.738,50
SNEAR			
	2008	2009	2010
PLOA	47.277.373,00	56.310.970,00	65.736.453,00
LEI INICIAL	41.631.899,00	59.720.970,00	67.676.453,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	152.702.794,00	119.590.970,00	660.393.453,00
EMPENHADO	118.302.552,19	55.382.044,96	211.262.494,45
SNELISS			
	2008	2009	2010
PLOA	175.190.000,00	255.158.175,00	246.315.942,00
LEI INICIAL	166.593.631,00	277.048.228,00	325.414.979,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	288.463.631,00	257.166.605,00	311.897.014,00
EMPENHADO	168.023.105,58	181.849.523,65	224.504.362,14

Fonte: Ministério do Esporte.

Quadro 12 - Recursos orçamentários por secretaria de 2011 a 2013

Secretaria Executiva			
	2011	2012	2013
PLOA	147.280.191,00	170.452.584,00	146.556.692,00
LEI INICIAL	1.137.380.370,00	1.131.555.837,00	133.662.157,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	1.152.130.250,00	1.208.822.348,00	137.441.557,00
EMPENHADO	592.601.668,38	608.747.318,69	93.840.043,31
SNEAR			
	2011	2012	2013
PLOA	585.800.000,00	775.900.000,00	1.150.600.000,00
LEI INICIAL	554.689.313,00	771.158.001,00	2.603.979.856,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	896.333.440,00	1.564.735.016,00	2.603.979.856,00
EMPENHADO	254.615.563,51	430.859.890,33	521.065.723,23
SNELISS			
	2011	2012	2013

PLOA	266.649.591,00	207.535.582,00	187.485.158,00
LEI INICIAL	399.154.384,00	252.735.488,00	232.480.158,00
LEI INICIAL + CRÉDITOS	311.897.014,00	251.068.822,00	232.480.158,00
EMPENHADO	224.504.362,14	57.318.426,02	42.869.567,06

Fonte: Ministério do Esporte.

Tendo como referência os recursos empenhados, descritos por secretarias, podemos verificar que nos anos que trouxemos como referência, a secretaria que coordena as ações do esporte de alto rendimento - SNEAR executou um orçamento menor que a secretaria que coordena as ações de esporte educacional e de participação – SNELISS (2008, 2009, 2010). Esta situação começa a se alterar em 2011, o que podemos concluir que este volume maior de recursos na SNEAR acontece em razão de incorporar ao seu orçamento a ação Olimpíadas.

Observa-se que apesar do Programa Segundo Tempo ter crescido exponencialmente, esse crescimento por ter se dado em razão da parceria com o Ministério da Educação e não prescindiu de mais volumes no orçamento do ministério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos dados encontrados apontam para a direção contrária às evidências encontradas por Bueno (2008) em que afirmava haver uma hegemonia da coalizão ProEAR no subsistema esportivo brasileiro pelo menos no que tange a análise histórica do orçamento do Ministério do Esporte. Desde 2003 até 2013, o orçamento e os valores empenhados para a SNELISS superam na maioria das vezes havendo mudanças pontuais apenas quando do período de megaeventos esportivos como é o caso dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007, dos Jogos Mundiais Militares em 2011 e da Copa das Confederações em 2013.

Porém, esta análise *per si* não é capaz de responder a questão levantada neste artigo, sobretudo porque existem muitas nuances no orçamento do Ministério do Esporte que não conseguiremos trazer para este estudo, mas que são necessários e devem ser melhores explorados em um próximo trabalho.

Por outro lado, os outros dois aspectos que nos dedicamos a analisar – a alocação dos recursos humanos e os programas e ações não apresentaram dados suficientes que pudessem auxiliar nas conclusões a respeito das conclusões de Bueno em 2008.

Porém, analisando a situação atual do Ministério do Esporte, os dados encontrados apontam para o foco histórico do orçamento para as secretarias responsáveis pelas manifestações de participação e educacional do esporte.

Além disso, os programas e ações privilegiam essas duas manifestações em detrimento do alto rendimento, demonstrando que, pelo menos no Ministério do Esporte, a coalizão PoEFE tem mais força.

Contudo, ressalta-se que o esporte participação é o maior beneficiado e o esporte educacional figura em último lugar na lista. Isto fere os preceitos legais nacionais preconizados pela Carta Magna (1988) e os internacionais preconizados pela Carta Internacional para o Esporte e o Lazer (1978).

Quanto a análise dos recursos humanos, este demonstrou haver um certo equilíbrio na alocação desses recursos nas duas secretarias. Porém, há a necessidade de aprofundar mais no estudo das relações entre os sujeitos para que se tenha dados mais robustos.

Portanto, não foram encontrados indícios de que haja ou não mudança institucional no Ministério do Esporte desde a sua criação até os dias de hoje a partir dos dados analisados. Os

indícios apontam para uma convivência de ambas as coalizões encontradas por Bueno (2008) com equilíbrio de forças.

Ressaltamos que, apesar de nos encontrarmos em um período em que estão ocorrendo megaeventos esportivos, tais como a Copa das Confederações e a Gymniasíade neste ano de 2013, há investimentos grandes nos programas e ações que são caracterizados como de interesse da coalizão ProEFE.

Uma análise formal apenas não é suficiente para entender o subsistema esportivo brasileiro. Assim sendo, faz-se necessária uma análise dos processos informais que permeiam o processo decisório o que, em nossa visão caberia na abordagem de redes proposta por Calmon e Maranhão (2013).

Este texto teve como foco apenas um ator que compõe a rede do subsistema esporte do Brasil. E a realidade do Ministério do Esporte na atualidade nos mostra que as políticas públicas do esporte necessitam da interação de diferentes atores para garantir a sua funcionalidade e qualidade. Não cabe mais ao Ministério do Esporte o papel singular e monolítico no processo de elaboração das políticas públicas.

Uma conclusão a que chegamos é que o esporte tornou-se uma área muito complexa e os estudos devem ser realizados levando-se em conta que trata-se de uma área pluralista com ações transversais.

Portanto e devido, também, à sua importância intrínseca, mas também, como área estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico e política do esporte no mundo contemporâneo, carece de uma análise mais profunda em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron e JAMES Robinson. *Porque as Nações Fracassam? As Origens da Prosperidade e da Pobreza*. Rio de Janeiro. Editora Campus. 2012.

ALMEIDA, Rodrigo de. Entrando no clube: o BNDES e a inserção brasileira no capitalismo internacional. IN: BOSCHI, Renato. Renato.(Org.) *Variedades de Capitalismo, Política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011 164-193 p.

BUENO, LUCIANO. POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NO BRASIL: RAZÕES PARA O PREDOMÍNIO DO ALTO RENDIMENTO. SÃO PAULO. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008, 200 F.

BRASIL. LEI Nº. 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998. INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, BRASÍLIA, DF, 35 MAR.1998. SEÇÃO 1, P. 1-7.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. RESOLUÇÃO CONFEF Nº 046/2002. DISPÕE SOBRE A INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS E DEFINE OS SEUS CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.CONFEF.ORG.BR/EXTRA/RESOLUCOES/CONTEUDO.ASP?CD_RESOL=82](http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82). ACESSADO EM 18/12/2009, ÀS 07:40.

CALMON, Paulo Carlos du Pin; COSTA, Arthur Trindade Maranhão (2013). *Redes e Governança das Políticas Públicas*. Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública (CEAG/UnB). *Série Textos de Discussão CEAG/UnB*, 1/13. 23 p.

- CORAIOLA, Diego Maganhotto; JACOMETTI, Márcio; BARATTER, Marystela Assis; GONÇALVES, Sandro Aparecido. *Trabalho Institucional e Teoria da Mudança Gradual: Reflexões Sobre Atores Sociais, Estratégias e Contextos*. VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Curitiba, PR, 2012.
- FILGUEIRA, Júlio César Monzú. Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte - Cidade, Cidadania e Direitos dos Cidadãos. In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Magalhães; TERRA, Rodrigo; DA COSTA, Lamartine Pereira. (Orgs.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. 65-73 p.
- GAYA, ALDROALDO. SOBRE O ESPORTE PARA JOVENS. [PORTO ALEGRE] REVISTA MOVIMENTO, ANO VII, Nº 13, 2000.**
- GEBARA A. , 1995, p. 131
- GOMES, LUCIANA DE OLIVEIRA MIRANDA; CALMON, PAULO DU PIN; MUDANÇA INSTITUCIONAL NO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM ALTERNATIVA.** Encontro de Administração Pública e Governo ANPAD. Salvador, BA, 2012.
- JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R.. *From There to Here: Punctuated Equilibrium to the General Punctuation Thesis to a Theory of Government Information Processing*. *The Policy Studies Journal*, 2012: 1-19 (*)
- KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Boston: Longman, 2011.
- LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita; LEMOS, Cristina; LEGEY, Liz-Rejane. *Desafios e Oportunidades da Era do Conhecimento*. São Paulo em Perspectiva, 16 (3):60-66, 2002.
- LYRA FILHO, 1952, p. 281
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 Caps 1 e 2.
- MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro, Graal, 2002.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. CONFERÊNCIAS NACIONAL DO ESPORTE. 2004-2010.**
DISPONÍVEL EM:
 <[HTTP://WWW.ESPORTE.GOV.BR/CONFERENCIANACIONAL/DEFAULT.JSP](http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp)> **ACESSO EM: 23 ABR. 2013.**
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Sítio eletrônico*. 2013. Disponível em:
 <<http://www.esporte.gov.br/>> Acesso em: 20-28 jul. 2013.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Sítio eletrônico – Quem é quem*. disponível em:
<http://www.esporte.gov.br/institucional/quemequem/quemEQuem.jsp> acesso em: 20-28 de julho de 2013.
- RODRIGUES, REJANE PENNA; PINTO, LEILA MIRTES MAGALHÃES; TERRA, RODRIGO; DA COSTA, LAMARTINE PEREIRA. (ORGS.). LEGADOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008. 610 P.**
- SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. The advocacy coalition framework. In: SABATIER, Paul (ed.) *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview Press, 2007, p.189220
- STREECK, Wolfgang e THELEN, Kathleen. *Beyond Continuity: Institutional Change and Advanced Political Economies*. Oxford University Press, 2005 Cap 1.

PIRES, GUSTAVO. *DESPORTO E POLÍTICA – PARADOXOS E REALIDADES. O DESPORTO.* IMPRENSA REGIONAL DA MADEIRA, E.P. PORTUGAL, [1996] 486 p.

RIBEIRO, FERNANDO TELLES. Legado de Megaeventos Esportivos Sustentáveis: a importância das instalações esportivas. In: RODRIGUES, REJANE PENNA; PINTO, LEILA MIRTES MAGALHÃES; TERRA, RODRIGO; DA COSTA, LAMARTINE PEREIRA. (ORGS.). LEGADOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008. 107-120 p.

TRUE, James at alli. *Punctuated-Equilibrium Theory; Explaining Stability and Change in Public Policy Making.* In: *Theories of the Policy Process*, Edited by Paul Sabatier. Boulder: Westview Press, 2007. (*)

UNESCO. *Carta Internacional de Educação Física e Esporte.* 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2013.

WEIBLE, Christopher M.; SABATIER, Paul *et al.* *A quarter century of the advocacy coalition framework: an introduction to the special issue.* *The Policy Studies Journal*, vol. 39, no. 3, 2011, p. 349360.